

ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018.

CNPJ/MF: 10.663.610.0001/29

-

NIRE: 35300365968

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2018, às 15h00 horas, na Rua da Consolação, 371, nesta Capital, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., CNPJ/MF: 10.663.610.0001/29, NIRE: 35300365968, sob a presidência do conselheiro Tomás Bruginski de Paula, com a presença dos conselheiros Alberto Pereira Gomes Amorim, Alencar Severino Costa, Álvaro Sedlacek, Jairo Klepacz, Lídia Goldenstein, Marcos Akamine Wolff e Roberto Brás Matos Macedo. O Senhor Francisco Vidal Luna justificou a sua ausência. Para secretariar a reunião foi indicada a senhora Gilmara Ap^a. Biscalchim Brancalion, Superintendente de Governança e Planejamento da Desenvolve SP. Presentes ainda, como convidados, o Sr. Pedro Leitão Magyar, Diretor Executivo, e o Sr. Carlos Augusto Ferreira Alves Sobrinho, Superintendente Jurídico. Assuntos constantes da ordem do dia: **(1) APROVAÇÃO:** Ata da reunião nº 150, de 31/10/2018. **(2) APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO. (2.1)** Auditoria Independente - nova licitação emergencial. **(2.2)** IPTU – bens não de uso próprio. **(2.3)** Status de Negócios e Informações Financeiras– Outubro/2018; **(2.4)** Ata do Comitê de Auditoria: 30/10/2018. **(3) APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO. (3.1)** Voto C.A. nº 055/2018 – Convenção Coletiva de Trabalho – 2018/2020 da categoria bancária, relativo a reajuste salarial e benefícios. **(3.2)** Voto C.A. nº 056/2018 - Ratificação da contratação de seguro na modalidade responsabilidade civil dos membros estatutários e empregados (*Directors And Officers – D&O*). **(3.3)** Voto C.A. nº 057/2018 - Adequação do limite de investimentos em publicidade e patrocínio. **(3.4)** Voto C.A. nº 058/2018 – Previsão Orçamentária 2019 – 2023. **(4) OUTROS ASSUNTOS. (4.1)** Regimento Interno Conselho de Administração. **(4.2)** Treinamentos de Administradores. Aberta a reunião, os conselheiros passaram à apreciação dos itens constantes da ordem do dia: **(1) APROVAÇÃO.** Foi aprovada a ata da reunião nº 150, de 31/10/2018. **(2) APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO.** O Presidente informou que o Conselheiro Francisco Luna solicitou, e os membros concordaram, com a inclusão dos itens (2.1) e (2.2) na pauta. Esclareceu que os mesmos foram discutidos na última reunião do Comitê de Auditoria e que seus membros, pela relevância dos temas envolvidos, entenderam que os assuntos deveriam ser levados a conhecimento deste Conselho. Considerando a ausência do Sr. Francisco Luna, o Sr. Carlos Eduardo Sampaio Lofrano, membro do Comitê de Auditoria, foi convidado a participar da reunião durante as apresentações desses itens. **(2.1)** O Sr. Pedro Magyar comunicou a este Conselho que foi mantida pelo Juiz da 3ª a decisão liminar obtida pela empresa Maciel Auditores, impetrante de mandado de segurança junto à 7ª. Câmara de Direito Público do TJSP, que suspendeu os efeitos do contrato de prestação de serviços de auditoria externa entre a Desenvolve SP e a KPMG. Considerando que está mantido o efeito ativo da decisão que suspendeu o contrato com a KPMG, a decisão deve ser respeitada sob pena de aplicação de multa. Como consequência, a Desenvolve SP deverá promover nova licitação em caráter emergencial para continuidade dos serviços de auditoria externa. O Sr. Carlos Augusto apresentou o relatório sobre o caso: em decisão interlocutória de 09/10/18, e foi entendido que não obstante a sentença (datada de 04/05/18) que denegou a segurança, permanecem ativos os efeitos da decisão do Desembargador Luiz Sérgio De Souza da 7ª. Câmara de Direito Público do TJSP, que acolheu o agravo com efeito

suspensivo da empresa reclamante em despacho de 18/08/17. Muito embora ainda esteja pendente de julgamento recurso de apelação da empresa contra a decisão do Juiz da 3ª. Vara da Fazenda Pública de SP que denegou a segurança em seu favor, o entendimento jurídico da Desenvolve SP sobre a ação sempre se norteou no fato de que o efeito ativo que havia sido concedido pela 7ª. Câmara de Direito Público do TJSP perdeu seu objeto com a prolação da sentença denegatória da segurança. Não faz sentido juridicamente manter-se o efeito ativo que foi concedido em determinado momento sob o pretexto de grave lesão ao potencial interesse da parte impetrante (no caso, da reclamante que temia ser excluída da licitação contestando os argumentos fáticos de inabilitação analisados e deliberados na época pela Desenvolve SP), e depois de analisado o mérito, que não reconheceu o direito da impetrante de se habilitar no certame licitatório, continuar a manter este efeito ativo com prejuízo apenas da Desenvolve SP, que se vê obrigada a interromper o contrato com a KPMG e realizar novo processo de contratação emergencial. Ante a situação acima descrita, a Desenvolve SP ingressou em 29/10/18 com agravo de instrumento da decisão interlocutória do Juiz da 3ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo junto à 7ª. Câmara (distribuição ao mesmo Desembargador que concedeu o efeito ativo), sendo que houve nova negativa com indeferimento das razões do agravo e manutenção da decisão do Juiz originário e da própria turma que suspendeu o contrato com a KPMG. Na sequência, a Desenvolve SP ingressou em 05/11/18, com petição de Pedido de Suspensão da Liminar junto à Presidência do TJSP, que decidiu não conhecer do pedido por incompetência da Presidência do TJSP que ratificando a decisão de órgão colegiado do TJSP (no caso a decisão da 7ª. Câmara de Direito Público do TJSP que manteve o efeito ativo concedido por um dos seus Desembargadores suspendendo na época o contrato com a KPMG). Em 07/11/18, nova petição foi reapresentada requerendo reconsideração da decisão que concedeu o efeito ativo. Esta petição sequer foi analisada. Em 09/11/18, a Desenvolve SP, ingressou com Pedido de Suspensão da Liminar para o Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em despacho, não acatou o pedido. Em 26/11/18, a Desenvolve SP, seguindo o rito processual adequado a este tipo de procedimento, ingressou com Recurso Especial com pedido de efeito suspensivo. Este Recurso será analisado por uma das turmas do STJ ainda sem data prevista para o julgamento. **(2.2)** O Sr. Pedro Magyar informou que foi identificada uma situação de atraso nos IPTU's de imóveis de bens não de uso próprio, sendo de maior relevância o do imóvel consolidado em 2015, localizado em Caçapava. O valor dos impostos totais devidos, incluídos as estimativas de 2019 era(?) de R\$ 2,56 milhões, já provisionados, e que o pagamento do IPTU de Caçapava seria realizado nesta data, após adesão ao programa de refinanciamento que concedeu um abatimento, sobre o valor devido, de 26,5% aproximadamente. O Sr. Carlos Lofrano complementou que o Comitê de Auditoria recomendou a elaboração de um parecer jurídico sobre o caso. O Conselheiro Jairo manifestou a preocupação com a diligência das unidades de controles internos (auditoria externa e interna) que não perceberam o problema. O Sr. Álvaro esclareceu que a Auditoria Interna tem um cronograma de trabalho anual, aprovado pelo Conselho, e que os trabalhos são realizados considerando esse cronograma e que a Auditoria Externa seria consultada sobre o fato. Informou, também, que o Jurídico já emitiu o parecer, conforme recomendado por aquele Comitê, e que tomou as medidas administrativas internas necessárias para que não houvesse reincidências. O Sr. Alberto Amorim solicitou verificar se há passivos ambientais no imóvel de Caçapava. Com o de acordo dos presentes, o Sr. Tomás antecipou o item **(2.4)** da pauta. O Sr. Carlos

Lofrano apresentou a ata do Comitê de Auditoria de outubro de 2018 e destacou a recomendação feita por aquele colegiado onde sugere a inclusão nas políticas internas a criação de uma alçada de garantia por instituições bancárias, com intuito de limitar a exposição da Desenvolve SP junto a essas instituições. Agradeceu a oportunidade de estar presente neste Conselho e se colocou à disposição. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Tomás agradeceu a presença do Sr. Carlos Lofrano. Retornando a ordem da pauta, quanto ao item **(2.3)** o Sr. Pedro, apresentou o *Status* de Negócios e informações financeiras de outubro 2018. **(3) APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO.** Foram aprovados, por unanimidade, os itens (3.1) a (3.4): **(3.1) Voto C.A. nº 055/2018** – Convenção Coletiva de Trabalho – 2018/2020 da categoria bancária, relativo ao reajuste salarial e dos benefícios; **(3.2) Voto C.A. nº 056/2018** - Ratificação da contratação de seguro na modalidade responsabilidade civil dos membros estatutários e empregados (*Directors And Officers – D&O*); **(3.3) Voto C.A. nº 057/2018** - Adequação do limite de investimentos em publicidade e patrocínio. O Sr. Tomás comentou a importância da elaboração do plano de comunicação alinhado às estratégias de atuação e ao público alvo da Instituição. Foi solicitado, também que periodicamente seja apresentado a este Conselho os resultados da campanha; e **(3.4) Voto C.A. nº 058/2018** – Previsão Orçamentária 2019 – 2023, contemplando a possibilidade de remanejamento interno de despesas e apresentando os seguintes resultados esperados:

	2018	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %	2022	Var. %	2023	Var. %
INDICADORES											
ROAE	1,26%	2,74%	118,28%	3,43%	24,98%	3,92%	14,39%	4,18%	6,54%	4,41%	5,54%
ROAA	0,80%	1,55%	93,89%	1,85%	19,69%	2,11%	13,81%	2,24%	6,47%	2,36%	5,07%
Índice de Eficiência	94,12%	78,42%	-16,69%	75,55%	-3,66%	74,04%	-1,99%	74,02%	-0,04%	73,90%	-0,16%
Índice de Cobertura	90,66%	121,19%	33,68%	130,84%	7,97%	133,05%	1,68%	131,61%	-1,08%	130,61%	-0,76%
BALANÇO PATRIMONIAL											
TVM	383.989	207.520	-45,96%	229.488	10,59%	274.482	19,61%	316.457	15,29%	369.391	16,73%
Operações de Crédito	1.297.277	1.700.687	31,10%	1.800.334	5,86%	1.876.855	4,25%	1.958.194	4,33%	2.042.829	4,32%
1 - Recursos Próprios	688.904	876.862	27,28%	943.800	7,63%	990.714	4,97%	1.039.599	4,93%	1.090.845	4,93%
Setor Privado	423.519	337.783	-20,24%	393.812	16,59%	440.715	11,91%	489.594	11,09%	540.912	10,48%
Setor Público	265.386	539.079	103,13%	549.988	2,02%	549.998	0,00%	550.005	0,00%	549.933	-0,01%
2 - BNDES	458.655	488.882	6,59%	516.096	5,57%	542.172	5,05%	569.479	5,04%	597.546	4,93%
Setor Privado	451.954	474.015	4,88%	500.424	5,57%	525.715	5,05%	552.196	5,04%	579.424	4,93%
Setor Público	6.700	14.867	121,89%	15.672	5,41%	16.456	5,00%	17.282	5,02%	18.122	4,86%
3 - FINEP	144.511	154.405	6,85%	162.159	5,02%	170.338	5,04%	178.856	5,00%	187.575	4,88%
4 - FGTS	0	166.790	-	166.790	0,00%	165.654	-0,68%	165.800	0,09%	165.563	-0,14%
4 - FUNGETUR	5.207	13.748	164,04%	11.489	-16,43%	7.978	-30,56%	4.457	-44,13%	1.299	-70,86%
PDD	-110.019	-105.194	-4,39%	-113.944	8,32%	-122.146	7,20%	-130.720	7,02%	-139.695	6,87%
Capital Semente	59.323	61.473	3,62%	60.983	-0,80%	60.407	-0,94%	59.125	-2,12%	57.726	-2,37%
Ativo Permanente	34.351	34.911	1,63%	34.050	-2,47%	33.189	-2,53%	32.328	-2,59%	31.467	-2,66%
Obrigações por Repasses	615.640	836.541	35,88%	876.431	4,77%	899.523	2,63%	926.672	3,02%	955.506	3,11%
RESULTADO											
Receitas Totais	136.258	166.529	22,22%	193.370	16,12%	208.172	7,65%	219.267	5,33%	231.209	5,45%
Receitas TVM	23.821	15.823	-33,57%	11.904	-24,77%	13.907	16,83%	17.010	22,32%	19.997	17,56%
Receitas Op. Crédito	92.468	112.925	22,12%	137.213	21,51%	144.976	5,66%	151.860	4,75%	159.667	5,14%
Receitas Op. Crédito - Recursos Próprios	76.072	91.509	20,29%	111.658	22,02%	118.435	6,07%	124.383	5,02%	131.227	5,50%
Receitas Op. Crédito - BNDES	13.268	14.642	10,35%	15.951	8,94%	16.781	5,20%	17.650	5,18%	18.513	4,89%
Receitas Op. Crédito - FINEP	3.035	3.964	30,58%	4.255	7,36%	4.594	7,97%	4.869	5,98%	5.143	5,63%
Receitas Op. Crédito - FGTS	0	2.341	-	4.689	100,32%	4.664	-0,53%	4.638	-0,56%	4.642	0,09%
Receitas Op. Crédito - FUNGETUR	93	471	408,49%	660	40,12%	501	-23,97%	321	-36,09%	142	-55,56%
Receitas Tarifas	6.873	9.273	34,91%	9.573	3,24%	9.956	4,00%	10.354	4,00%	10.768	4,00%
Despesas relativas às tarifas/SERASA	-2.447	-7.373	201,27%	-7.600	3,08%	-7.899	3,93%	-8.215	4,00%	-8.543	4,00%
Receita Adm. de Fundos	6.702	9.485	41,54%	14.829	56,34%	18.683	25,99%	18.565	-0,63%	18.441	-0,67%
Recuperação de Crédito	8.648	26.396	205,21%	27.451	4,00%	28.549	4,00%	29.691	4,00%	30.879	4,00%
Outras Receitas	193										
Despesas Totais	123.194	122.318	-0,71%	136.237	11,38%	143.375	5,24%	150.990	5,31%	158.964	5,28%
Despesas	57.295	66.176	15,50%	66.369	0,29%	68.922	3,85%	71.554	3,82%	74.279	3,81%
1 - Recursos Humanos	37.939	42.069	10,89%	44.012	4,62%	45.803	4,07%	47.635	4,00%	49.541	4,00%
2 - Demais Despesas	16.469	20.370	23,69%	20.034	-1,65%	20.795	3,80%	21.592	3,83%	22.408	3,78%
2.1 - Despesas Administrativas	6.801	7.615	11,96%	6.831	-10,30%	7.063	3,40%	7.309	3,48%	7.556	3,38%
2.2 - Tecnologia da Informação	3.079	6.472	110,18%	6.663	2,94%	6.929	4,00%	7.206	4,00%	7.495	4,00%
2.3 - Comunicação	5.143	4.635	-9,87%	4.825	4,10%	5.018	4,00%	5.219	4,00%	5.428	4,00%
2.3 - Obrig. Legais	1.445	1.648	14,01%	1.715	4,10%	1.784	4,00%	1.857	4,10%	1.929	3,90%
3 - Outras	2.888	3.736	29,39%	2.322	-37,85%	2.325	0,11%	2.327	0,11%	2.330	0,12%
4 - PDD	65.899	56.142	-14,81%	69.868	24,45%	74.453	6,56%	79.436	6,69%	84.685	6,61%
Patrimônio Líquido	1.058.937	1.093.139	3,23%	1.119.678	2,43%	1.148.522	2,58%	1.179.847	2,73%	1.219.426	3,35%
Lucro Bruto	13.064	44.211	238,43%	57.134	29,23%	64.797	13,41%	68.277	5,37%	72.245	5,81%
Tributos	-396	14.635	-3791,12%	19.138	30,77%	20.214	5,62%	19.391	-4,07%	19.233	-0,82%
Lucro Líquido	13.460	29.576	119,73%	37.995	28,47%	44.583	17,34%	48.885	9,65%	53.013	8,44%

O Sr. Álvaro destacou na previsão orçamentária o investimento em tecnologia da informação e a redução de 14,81% nas provisões de perda, para 2019, consequência da gestão da Política de Crédito realizada neste ano na carteira. A Sra. Lídia mencionou o direcionamento de recursos para o setor público passando de uma carteira prevista de R\$ 272,0 milhões, em 2018, para R\$ 553,9, em 2019, e da necessidade de esses recursos serem direcionados para municípios que apresentem contrapartidas nas operações, na forma de resultados de melhoria na gestão e impactos sociais. O Sr. Jairo concordou com a Conselheira e mencionou a necessidade de a Desenvolve SP focar em inovação, considerando que os riscos desse setor são compatíveis com o papel da Instituição. O Sr. Álvaro esclareceu que a administração está atenta aos riscos incorridos pela Desenvolve SP e que as operações ao setor público, pelo baixo risco e pela ausência de inadimplência, contribuem positivamente para os resultados financeiros da carteira de crédito. Informou que o plano de negócios para 2019 é continuar apoiando a inovação para o setor privado, e mencionou o lançamento, ainda neste ano, do Programa Juro Zero Inovação, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com juros subsidiados pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet), para empresas que já concluíram o programa de Pesquisa

Inovativa em Pequenas Empresa (PIPE-FAPESP) e que atendam às regras do programa. **(4) OUTROS ASSUNTOS. (4.1).** Foram aprovadas as alterações no Regimento Interno deste Conselho, com a inclusão do Capítulo XV - Conselheiro Representante dos Empregados, com as condições gerais para a eleição de membro representante dos empregados no Conselho de Administração Desenvolve SP e, conseqüentemente, para o início do processo de eleição. **(4.2)** Treinamento de administradores. Após analisarem as propostas apresentadas, o Sr. Tomás propôs, e os demais membros concordaram, solicitar o conteúdo programático do curso da proposta 04 e enviar aos membros dos colegiados estatutários uma pesquisa de interesse. Concluídos os trabalhos, e nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, Gilmara Ap^a B. Brancalion, secretária, e pelos Conselheiros de Administração presentes à reunião.

TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA
Presidente

ALBERTO PEREIRA GOMES AMORIM
Conselheiro

ALENCAR SEVERINO COSTA
Conselheiro

ÁLVARO SEDLACEK
Conselheiro

JAIRO KLEPACZ
Conselheiro

MARCOS AKAMINE WOLFF
Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN
Conselheira

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO
Conselheiro